



IDEFLOR-Bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

---

## **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL CHARAPUCU - PEC**

Aos dias dezesseis e dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às nove horas e trinta minutos, no auditório do Centro Cultural Lagostão da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Lazer e Cultura (SEMTELC), em Afuá, ocorreu presencialmente, a 1º reunião extraordinária do Conselho Gestor, onde se reuniram os seguintes conselheiros representantes de instituições públicas e da sociedade civil respectivamente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAMB, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAPE, Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Lazer e Cultura – SEMTELC, Câmara dos Vereadores, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Afuá - STTR, Comunidade dos Rios Cobra/Cueira/Taperebá/Cajari, Comunidade dos Rios Preto/Jurará, Comunidades da Baía do Vieira/Tabocal/Igarapé São Pedro, Comunidades N. Sra. de Fátima/Sta. Luiza/São João/Sto. Antônio, Comunidades do Aningal/Céu/Barreiro/Atiantim/Sta. Rita de Cássia e Comunidades do Rio Itaboca/Ipixuna/São José e ainda como membros da equipe GRM Fábio Campos Pamplona Ribeiro (Gerente da Região Administrativa do Marajó - GRM) e Shislene Rodrigues de Souza (Assistente Administrativo da GRM). O gerente da GRM e presidente do Conselho, Fábio Pamplona, iniciou a reunião, dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos os participantes, e após verificação de quórum explanou a pauta que iria ser tratada sobre os seguintes eixos: leitura e assinatura da ATA da última reunião do Conselho; síntese de proposta sobre o Ordenamento Territorial do PEC, realização de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) - mapa falado; discutir sobre as vantagens e desvantagens da criação de uma RDS ou RESEX ao redor do novo Parque Estadual Charapucu; confirmar com as representações comunitárias se as mesmas tem interesse em ficar sob a gestão do INCRA ou IDEFLOR-Bio, após as discussões de vantagens e desvantagens; o que houver e encaminhamentos. O presidente do Conselho comunicou haveria uma pequena modificação na pauta já prevista, considerando a inclusão entre os assuntos, a da validação do Regimento Interno que não foi discutida na última reunião, bem como a retirada da pauta sobre o interesse das representações comunitárias estarem ou não sob a gestão do INCRA ou IDEFLOR-Bio, pois segundo orientações do Ministério Público do Estado, a ideia teria que ter um maior amadurecimento e assim, ser tratada em outro momento. Diante desses pontos, destacam-se alguns trechos principais da reunião. Dessa maneira, o Sr. Fabio Pamplona fez a leitura da ATA da reunião ordinária anterior, e após a aprovação do conselho, deu continuidade a reunião, ingressando na pauta de validação do Regimento Interno. Após o Sr. Fábio conceituar e listar os principais tópicos que compõem um Regimento Interno (estrutura, forma de funcionamento, tomada de decisão, definição do nº de faltas, e hipótese de perda de mandato), realizou a leitura e acompanhamento dos pontos da minuta do documento, conduzido pela Assistente Administrativo Shislene de Souza, de modo que os representantes do Conselho pudessem sugerir modificações nestes. Os tópicos que sofreram pequenas alterações foram: Disposições preliminares, Das Atribuições, deveres e vedações, Da Composição, Dos Membros e Conselheiros, Dos Atos do Conselho, Das Reuniões, Da Perda do Mandato e da Vacância, Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais, sendo alterada a edição nos conteúdos do inciso I do art. 23, art. 30 e seu inciso I e II, art. 32 e 33, art.35 e §1º. Após indagação da Sra. Shislene Souza sobre a versão do documento final, em afirmação foi validado o Regimento Interno. Fabio Pamplona passa



IDEFLOR-Bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

**Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

para a pauta seguinte, sendo apresentada a “Síntese de proposta sobre o Ordenamento Territorial do PEC”. Em sua apresentação resgatou o histórico do conflito fundiário relativo à sobreposição entre o projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha Charapucu (PAE) criado em novembro de 2009 sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na área de Proteção Ambiental Arquipélago do Marajó, e o Parque Estadual Charapucu (PEC), criado em novembro de 2010, mas sob a gestão do IDEFLOR-Bio desde 2015. A abordagem do assunto remeteu a situação atual, considerando diferentes alternativas de resolução do problema a partir de redimensionamento e recategorização do Parque, assim como propostas de criação de uma nova Unidade de Conservação de Uso Sustentável no entorno do novo limite do Parque, com diferentes áreas de abrangências. Após Fabio Pamplona ter mostrado em números a proporção das áreas de cada uma das quatro (04) propostas que estariam sob gestão do IDEFLOR-bio e gestão do INCRA, sendo a última proposta mais exequível, o Sr. Paulo Pereira representante da Câmara Municipal de Afuá se manifestou dizendo que teria uma quinta proposta a ser colocada, e perguntou se poderia. Fabio Pamplona respondeu que seria registrado. O Sr. Paulo Pereira continuou e disse que foi mostrada a proposta do IDEFLOR-Bio, considerando o INCRA, mas agora gostaria de propor algo que fosse para aqueles que estão no centro do Parque, pensando em quem seria afetado diretamente das decisões feitas pelos órgãos públicos. Em sua fala argumentou que o Parque em 11 anos já padece em problemas, e que se levar adiante a opção de uma das quatro (04) propostas apresentadas, a situação iria continuar a mesma. Disse também que não seria respeitando a vontade do povo que mora na região, onde segundo ele, a vontade seria a extinção do parque, apesar do mesmo não concordar. Então o representante da Câmara sugeriu de apenas ocorrer o redimensionamento do Parque em dois polos sem que houvesse a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, esquecendo qualquer outra modalidade de reserva. Lembrou que já estamos tratando de uma área que fica na Área de Proteção Arquipélago (APA) do Marajó, então já haveria zona de amortecimento. Disse que se o argumento é criar uma Unidade funcionando como uma zona de amortecimento para a Unidade de proteção Integral, isso já ocorreria através da APA. Fabio Pamplona faz alguns esclarecimentos. Disse que na prática a APA Marajó não pode ser vista como zona de amortecimento, por ser uma categoria das mais permissíveis, onde podem ser feitas várias atividades. O que para a conservação e preservação do meio ambiente, pode ser muito prejudicial, colocando os núcleos do parque que hoje estariam mais preservados em uma condição de ameaça, caso não houvesse a proteção pela UC de Uso Sustentável. Ponderou que de qualquer forma essa discussão será tratada com os comunitários, depois de serem oferecidas todas as informações necessárias quanto às vantagens e desvantagens de se criar a UC de Uso Sustentável. O representante da Câmara replicou dizendo que já se está reduzindo um Parque que não deveria nem sequer existir. Enfatiza que o erro não foi dos moradores. Concordou que os parques têm que ser criados, porém na sua visão, em lugares adequados. A Sra. Shislene Souza pediu a palavra, e após fazer alguns esclarecimentos em relação a zona de amortecimento, esclarece que a motivação de criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável está relacionada ao trabalho que já foi realizado na região através de capacitações, ações de educação ambiental, etc. Segundo ela, a ideia é manter essa proximidade com as comunidades com uma boa relação, considerando o modo de vida da população local. A representante da GRM lembrou que será falado mais sobre isso no dia seguinte, mas antecipa e diz o que a nova unidade tem o objetivo de compatibilizar o modo de vida das populações tradicionais com a manutenção dos recursos naturais, de maneira a



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

trazer benefícios através da gestão de UC. Foi enfatizado que o IDEFLOR-Bio não está tratando a reunião para definição de uma proposta, somente trouxe algo para ser debatido. Complementou ainda que a gerência tem a consciência de que a população terá que ser ouvida, e não deixará de fazer isso. Posteriormente, o representante das comunidades dos Rios Preto/Jurará, o Sr. Ruano Nunes se manifestou dizendo que as comunidades precisam de esclarecimentos para não incorrer em problemas novamente, como o que aconteceu depois quando outros gestores da UC vieram. Fabio Pamplona passou a apresentar o cronograma de planejamento de ações, considerando que já foi feito e o que se pretende fazer pela gerência. Paulo Pereira pergunta se na reunião que ocorreu em Belém tinham pessoas de Afuá participando. Foi respondido que sim, através do MP e do STTR de Afuá. Paulo pereira perguntou ainda se sua proposta vai estar ou não na Consulta pública. Fabio respondeu que ele tem que justificar melhor a proposta. Shislene Souza se manifestou dizendo que a proposta tem que ser mais bem discutida, e se caso for, em nome do Conselho, tem que ser trabalhado a ideia diante do grupo, no coletivo, lembrando que poucos representantes do Conselho são moradores da Unidade de Conservação. O representante do STTR o Sr. Felipe Santos pediu a palavra e falou da última reunião que ocorreu com o MPE, e diz que de acordo com as propostas colocadas ali até o momento, o Sindicato irá fazer uma visita a região do Parque, para conversar com as comunidades e fazer uma introdução das propostas que já existem, e pediu ajuda dos conselheiros, e lembrou que vai haver uma assembleia do sindicato no dia 25/09/2021, e posteriormente a entrada na região. Enfatizou que a proposta é que os conselheiros acompanhem, marcando reuniões, tendo estes o papel de prestação de conta do que está sendo discutido, deixando claro que a escolha vai ser das comunidades. O Sr. Paulo Pereira ressaltou que quanto mais opções estiverem sendo trazidas para as comunidades em que elas possam escolher, melhor seria e com isso reforçou a necessidade de haver uma quinta proposta. Fábio Pamplona pediu que se esperasse a apresentação do dia seguinte, que iria tratar sobre a UC de Uso sustentável para então propor uma quinta proposta. O representante da Câmara contra argumentou, dizendo que não estava colocando a situação para que houvesse uma votação de ter ou não uma RESEX, mas que se tivesse uma quinta opção. A Sra. Ândrea Fonseca, representante das comunidades dos rios Cobras/Cueira/Taperebá/ Cajari se pronunciou que concordava com o Sr. Paulo Pereira quando este disse que deveria haver mais propostas para os ribeirinhos, e com todo o esclarecimento devido, e linguagem acessível para a população. Pediu para o que fosse colocado em termos de propostas não seria para induzi-los, em qualquer que seja a escolha. Ainda segundo a conselheira, a maioria dos ribeirinhos não quer o Parque e que até hoje não aceitam. O Sr. Zé Maria, do STTR pediu a palavra e ressaltou que é preciso primeiro ouvir as propostas, e saber quais benefícios serão trazidos aos ribeirinhos. Shislene Souza intervém dizendo que se está iniciando um trabalho, diante das comunidades no processo, e pediu apoio dos presentes para tal. Também pediu que fosse discutida a questão da UC de Uso sustentável, posteriormente, através da pauta que tratará melhor o assunto, e então, ser novamente visto a condição de haver uma quinta proposta. O Sr. Paulo Pereira insistiu em haver uma quinta proposta, independente de que houvesse a apresentação no dia seguinte quanto a UC de Uso Sustentável. A vice-presidente do Conselho reforçou que se a proposta sair em nome da instância, esta deveria possuir maiores informações para o grupo. O Sr. Paulo replicou que não via relação com as informações que seriam tratadas, e que atribuiu a quinta proposta somente a condição de haver uma opção sem UC de Uso Sustentável no entorno. O Sr. Fábio mencionou que também fosse dada uma justificativa técnica para se tivesse



uma proposta sem a criação de UC de Uso sustentável. O Sr. Paulo Pereira solicitou, então, que gostaria de levar biólogos para dentro do Parque e convidou o STTR para fazer visitas e realizar conversas com as comunidades com o objetivo de produzir um parecer técnico, com tanto que fosse dado um prazo maior e que cancelada a reunião do dia seguinte para continuar as discussões. O presidente do Conselho respondeu que está pedindo apenas uma simples argumentação para subsidiar discussões no cenário de não haver uma UC de Uso sustentável, considerando os impactos de atividades que já ocorrem no entorno do Parque como a exploração madeireira, e que afetam inclusive a questão social. Paulo Pereira intervém novamente dizendo que se fosse para ter fiscalização na área, isso iria ocorrer pelos órgãos competentes. E que em país democrático não se poderia cercear o direito do cidadão. A Sr. Shislene Souza retomou a palavra e fez a indagação para os presentes dentro de uma condição de escolha da maioria, se a questão deveria ser inserida ou não, naquele momento, ou se isso poderia ser revisto no dia seguinte. Após isso, o representante da Câmara Municipal decidiu retirar a proposta, pois atribuiu que não deveria ser consultada a questão, uma vez que a proposta era de sua autoria, e não do Conselho. O Sr. Felipe Santos perguntou se em uma condição de RESEX, de que maneira o IDEFLOR-Bio poderia dar assistência técnica aos moradores. Continuou a fala dizendo que o INCRA criou o assentamento, e deveria ser o responsável por essa assistência técnica, mas nunca se fez presente na região. Lembrou que em algumas áreas onde as associações são atuantes, conseguiram fomento para construção de casas junto ao Assentamento, mas que hoje em dia a população no geral tem seus cadastros bloqueados pelo INCRA, e que o Banco da Amazônia tem solicitado esse desbloqueio para fazer financiamento com objetivo de manejo do açaí. A Sra. Shislene Souza respondeu dizendo que independente de ser RESEX ou RDS, já existia uma intenção de formar parceria junto com o INCRA para haver essa assistência técnica. Lembrou que a dificuldade encontrada no contexto de uma Unidade de Proteção Integral irá mudar diante de uma UC de Uso Sustentável. Por isso pediu que mais uma vez que se esperasse a explicação da temática para que houvesse mais reflexões do Conselho. Continuou dizendo que não estava sendo desconsiderada a manifestação dada pelo representante da Câmara, que inclusive era algo que já tinha sido pensado pela própria gestão, sendo assim não havia nada definido, apenas o que se estava fazendo no presente momento, ou seja, se discutindo diante dos cenários propostos. Fábio Pamplona, após fazer suas últimas considerações e referenciar que a apresentação foi preparada pela técnica da GRM Cintia Soares, fechou a pauta. O Sr. José Ribamar, representante das Comunidades do Aningal / Céu / Barreiro / Atiantim / Sta. Rita de Cássia realizou uma fala, pedindo que se ouvisse a comunidade, considerando o que foi colocado pelos presentes. Este lembrou que dependendo do que for tratado, isso poderá até trazer responsabilidade para aqueles que estão no Conselho, e atribuiu a necessidade de se fazer reuniões com os moradores para que todos tenham a chance de ouvir as informações. Também disse que era importante houvesse fiscalização para impedir os atravessadores que penalizam as comunidades. Fábio agradece as colocações, e reforça que as reuniões serão realizadas com o apoio do STTR, e disse que para combater os atravessadores, é importante que seja trabalhada a organização social na região, e após isso, agradeceu a atenção de todos, e reforçou a presença dos participantes estarem no segundo dia de reunião. No dia dezessete do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às nove horas e trinta minutos, no auditório do Centro Cultural Lagostão da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Lazer e Cultura (SEMTELC), em Afuá foi iniciado o segundo dia de reunião pelo gerente e presidente do conselho, Fábio Pamplona no qual novamente

## **Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

---

agradeceu a presença de todos e em seguida passou a palavra para a representante da gerência do Marajó, Shislene Souza que apresentou diferentes conceitos e aspectos das Unidades de Conservação. Após isso, Shislene Souza mostrou os principais aspectos de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e de Reserva Extrativista (RESEX), enfatizando suas diferenças, principalmente sob o aspecto das populações tradicionais e atividades permitidas, enfatizando que a RDS abriga populações tradicionais vivendo de forma a explorar os recursos de forma sustentável, enquanto que na RESEX é utilizada por populações tradicionais extrativistas, cuja subsistência se baseia no extrativismo e complementarmente na agricultura de subsistência e criação de animais. Também foram enfatizadas as semelhanças entre as duas UCs, listadas as atividades permitidas: criação de animais, agricultura, extrativismo de não madeireiros, extração de madeira (sendo admitidas na RESEX somente em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas). A Sra. Shislene destacou que a exploração madeireira na região do Parque é bastante praticada, com grande número de serrarias não regularizadas, porém a atividade demonstrou ser pouco rentável. Com relação a este tópico, o conselheiro Alfredo Rosas pediu a palavra e relatou sobre a sua experiência de trabalho em RESEX federal no Marajó administrada pelo ICMBio e que após a realização do plano de manejo, a atividade madeireira pôde ser regularizada em todas as suas etapas, havendo inclusive exportação desta. Shislene retomou a apresentação complementando as atividades que podem ser realizadas em ambas as UCs, como por exemplo, o turismo (de base comunitária), visitação pública (incentivada na RDS e permitida na RESEX), pesquisas científicas. Citou que a RDS considera o aspecto econômico (manejo dos recursos, multiplicidade de uso da área) e na RESEX o aspecto sociocultural das populações, escala de subsistência dentro do território. Em adição, as propriedades privadas na RDS devem ser desapropriadas somente se necessário, enquanto que na RESEX estas devem ser desapropriadas obrigatoriamente. Destacou que Ambas as UCs podem ser reconhecidas pelo INCRA para benefícios relacionados ao Programa Nacional de Reforma Agrária e direitos básicos e outros incentivos (existem portarias interministeriais reconhecendo essas populações que residem em RDS e RESEX como beneficiárias). Com isso podendo haver uma gestão integrada e compartilhada da área por INCRA e IDEFLOR-Bio. O senhor Felipe Santos do STTR de Afuá solicitou a palavra e demonstrou preocupação em relação ao fato da RDS permitir a propriedade privada, porém sem a obrigação de desapropriar, uma vez que o sindicato através de levantamentos detectou outros Cadastros Ambientais Rurais (CARs) incidindo sobre o CAR coletivo do assentamento, devido à facilidade de cadastrar CARs via satélite e, portanto, não havendo informações claras sobre as pessoas que possuem esses CARs, podendo gerar conflitos para fins de desapropriação dessas áreas em uma situação de criação de RDS. Shislene enfatizou se precisa fazer uma avaliação em reuniões com o STTR e outros órgãos a fim de realizar um diagnóstico do contexto em termos dos CARs da região. Enfatizou-se que CARs que incidem sobre o Parque estão todos suspensos. O gerente Fábio Pamplona citou que o CAR não é um documento de reconhecimento de propriedade ou posse de acordo com informações de sites governamentais. O conselheiro Alfredo Rosas relatou a prática comum de cadastrar CARs na região para fins de exploração madeireira, grilagem, créditos de carbono, etc. O gerente Fábio enfatizou que o CAR caso fosse apresentado para fins de desapropriação e indenização, não seria aceito como documento de propriedade. O conselheiro Paulo Pereira representante da câmara de vereadores questionou quais então seriam os documentos de posse. Fábio explicou que é necessária uma conversa com o SPU para a definição destes documentos uma vez que

## **Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

estas áreas de várzea com influência de maré são de posse da União. A Sra. Shislene ressaltou a situação do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) no contexto de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, uma vez que as famílias possuem esse documento para uso da área e assim como ficariam o reconhecimento destes documentos por do INCRA e SPU neste cenário. Também enfatizou os objetivos comuns entre o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Charapucu e das UCs de uso sustentável, possibilitando um trabalho de gestão integrada com o INCRA (assunto a ser tratado nas próximas reuniões com o INCRA). A Sr. Shislene destacou algumas vantagens para as comunidades na oportunidade de se criar UCs de uso sustentável com base na experiência local e estudos realizados, como por exemplo, a aumento da presença do Estado no território, aumento da efetividade da gestão pública em parceria entre município, Estado e União, maior controle e regularização das atividades, proteção do modo de vida das populações tradicionais ao longo do tempo e suas relações com o meio ambiente, com ganho de visibilidade sócio ambiental, Intensificação das políticas públicas transversais à gestão de áreas protegidas, direcionamento e entrada de mais recursos para a região. Shislene citou que o objetivo primordial é a resolução do conflito fundiário provocado pela sobreposição do Parque e do Assentamento, de modo a trazer proteção do meio ambiente e das comunidades tradicionais, diversidade ambiental e social na ilha Charapucu, com uma melhor qualidade de vida para essas comunidades. Nesse sentido é crucial que se tenha uma organização social bem estruturada (associações, cooperativas, etc.) no interior das UCs de uso sustentável, inclusive para o para o acesso ao crédito rural. Por fim, enfatizou-se que a definição da UC de uso sustentável será fundamentada em justificativa técnica, processo participativo, construtivo e democrático com a participação da sociedade civil o que determina as políticas públicas adequadas à realidade local, assim é essencial ouvir toda a população local atingida através de diversos mecanismos de modo que se possa informar e saber o que essas pessoas querem para a resolução do conflito, levando em consideração as suas necessidades. Após a apresentação o conselheiro Alfredo perguntou como estavam as conversas com INCRA em relação à gestão da área do assentamento e possibilidade de gestão compartilhada. Foi informado que ofícios solicitando reuniões com INCRA para tratar desses assuntos já foram enviados e que estão aguardando resposta e agendamento de reuniões. O conselheiro Paulo Pereira então solicitou que fosse levada a discussão pelo conselho, a possibilidade de uma quinta proposta de ordenamento do Parque, onde no entorno não seria criada nenhuma UC de uso sustentável. Ele mencionou que todos os licenciamentos, independe de RDS e RESEX, o Estado já possui uma diretoria correspondente dentro da SEMAS, assim como diretorias de educação ambiental e de fiscalização e que algumas destas diretorias já poderiam ter ido ao município legalizar as atividades de forma similar ao que foi feito nas RESEXs administradas pelo ICMBio no Marajó. Citou também que para a criação destas unidades precisaria ser firmado um compromisso entre IDEFLOR-Bio e o INCRA de modo que sejam garantidos todos os documentos necessários aos ribeirinhos mesmo dentro de uma RDS ou RESEX. Por fim, o Sr. Paulo solicita que se dê a opção para as famílias do interior do Parque de escolher entre RDS, RESEX ou nenhuma UC de uso sustentável, além das 4 opções que foram detalhadas durante o dia anterior. O gerente Fábio explicou novamente sobre a redução dos limites atuais do Parque às áreas do núcleo do Parque e que estas poderiam ser transformadas em Reserva Biológica (REBIO) ou Estação Ecológica (ESEC) para preservação dos recursos, sem a interferência humana na área. Também ressaltou que sem um regramento mínimo no entorno desta área (somente assentamento), a perspectiva é que

## **Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

---

a exploração desenfreada dos recursos que já é relatada para a região aumente e torne essa área de núcleo mais vulnerável. O conselheiro Alcinei Santos, representante das comunidades da baía do Vieira Grande enfatizou a falta de interesse por parte de outras pessoas do interior do Parque em participar das reuniões do conselho, uma vez que a participação não é remunerada e que assim questões importantes são deixadas de serem tratadas e que as comunidades do interior do Parque. Shislene explicou que a gestão de unidades de conservação compreende mais tópicos do que os que foram abordados até aquele momento, desde pesquisas de novos fármacos, fomento de cadeias produtivas, educação ambiental, entre outros. Além disso, destacou a importância dos procedimentos de consulta ouvir as famílias o interior do parque e que de alguma forma podem não estar sendo bem representadas no conselho e o papel dos conselheiros na transmissão das informações para as suas comunidades. O conselheiro Francisco Pereira, representante das Comunidades Nsa. Sra. de Fátima, Sta. Luzia, São João e Sto. Antônio relatou que os cursos de capacitação ministrados pela EMATER na região repassam os conhecimentos necessários para a realização de várias atividades produtivas oferecendo alternativas de rendas e que bastaria uma organização melhor e a busca dos órgãos competentes. O Sr. Alfredo explicou que os planos de manejo florestais podem realizados pelas secretarias de meio ambiente e estadual e municipal, desde que sejam convocadas para isso. Nesse caso cada pessoa precisaria pagar um eng. Florestal para elaboração do plano e dar entrada na SEMAS, ou de forma coletiva como lembrou o Sr. Paulo. No caso de uma unidade de conservação, esses planos seriam de responsabilidade do órgão gestor. O Sr. Felipe esclareceu que com a redução do Parque, tendo RDS ou RESEX no entorno, o Assentamento continuaria, com o INCRA sendo responsável por essas áreas e que este não é atuante na região e que independente das escolhas das comunidades, uma UC aproximaria os órgãos para facilitar a elaboração dos planos de manejo de modo a regularizar a situação da extração de madeira. E que caso não haja UC no entorno, as comunidades teriam que se organizar para cobrar o INCRA para que este atenda as estas demandas. O Sr. Paulo relatou que o INCRA possui agenda em Afuá na primeira quinzena de outubro, assim como o SPU com reuniões com a prefeitura municipal. A conselheira Valdiana Silva, representante das Comunidades N.sra. de Fátima, Sta. Luzia, São João e Sto. Antônio ressaltou a importância de ser conselheira do Parque e relatou que na sua infância, a área onde vive a sua família era muito rica em recursos e que hoje esses recursos são escassos (peixe, camarão, madeira, palmito, ect.) e que as gerações mais recentes não têm essa conscientização. Relatou que ela e mais algumas mulheres da comunidade fizeram os cursos de manejo de açai pra tentar de alguma forma mudar esse cenário. Após a fala da Sra. Valdiana a equipe do IDEFLOR-Bio reforçou a necessidade de criação de UC de uso sustentável no entorno que não impeça as atividades de uso sustentável e que ao mesmo tempo possa frear esse processo de degradação ambiental relatado pelos moradores. O Sr. Alfredo destacou a importância da educação ambiental e retomada dessas atividades na região do Parque. A equipe explicou que essas ações foram paralisadas devido à pandemia e paralização as aulas as inviabilizando uma vez que o principal público dessas atividades era o escolar. Entretanto assim que a situação se normalizar a gerência pretende retomar esta atividade por também julgar de extrema importância. O conselheiro Rosivaldo Moraes, representante da comunidade do rio Preto, citou que o rio Preto é muito rico e conhecido, e que as famílias ali residentes trabalham com madeira, palmito para subsistência, uma vez que as famílias se compõem por número grande de filhos e não há outras opções de renda para suprir essas necessidades.

## **Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

---

Entretanto, o Sr. Rosivaldo ressalta que se essas famílias tiveram outras oportunidades de renda, estas práticas poderiam ser substituídas. Por fim, o Sr. Rosivaldo reconheceu a necessidade de preservação da área, através da substituição destas práticas por de uso sustentável de modo a garantir a preservação. A Professora Ândrea Fonseca, conselheira representante das Comunidades dos rios Cobra, Cueira, Taperebá e Cajari solicitou a palavra e expressou a sua preocupação com a grande intensidade de retirada de madeira, palmito e caça em sua região. Que os moradores do interior do Parque vão a sua residência pedir ajuda devido a essas ocorrências. Ela que as pessoas que exploram os recursos do Parque de maneira desenfreada são da cidade de Afuá e que conflitos se intensificaram inclusive com a morte de pessoas que tentavam defender o meio ambiente. O conselheiro Adeilson Lobato, representante da secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Cultura solicitou a palavra e questionou a continuidade dos trabalhos no Parque devido a rotatividade dos gerentes nos últimos anos. Demonstrou sua preocupação em relação à fiscalização no parque e a necessidade de se dar opções de renda aos moradores pra que eles deixem de retirar de forma desordenada, além da conscientização e participação popular nas decisões. Por fim foi dada a palavra ao conselheiro Pedro Cardoso, representante das comunidades do rio Itaboca, Ipixuna e São José que relatou a pobreza em que se encontra a população que reside na ilha Charapucu e que em 2017 participou de uma reunião na Secretaria de Educação e que nesta reunião foi feita uma comparação entre a Ilha Charapucu e a Ilha do Meio e que o mesmo relatou que apesar da Ilha do Meio e seu entorno fazerem parte de assentamentos, foi possível a melhoria da qualidade de vida das pessoas porque estas se uniram pra buscar seus benefícios que refletiram em melhores moradias e embarcações boas. Porém no Charapucu, são poucas as pessoas que tem uma condição melhor e que na maioria das vezes possuem serraria por falta de outras opções de renda. O Sr. Pedro relatou a ausência o INCRA na região e falou da necessidade dos benefícios para que possa se fortalecer e assim trabalhar nos açais, plantio e em outras atividades para que possa prover o sustento de sua família. O gerente Fábio acrescentou às palavras do Sr. Pedro que além do esforço dos moradores, precisa-se da união destes pra que possam ser implantados projetos como, por exemplo, o de manejo de açais que trabalhava toda a cadeia produtiva, assim como outras demandas de projetos. O gerente Fábio iniciou a penúltima pauta da reunião conceituando o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), enfatizando o mapa falado conceituando como um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão, ou seja, como os moradores se relacionam com o ambiente no interior do Parque. Como metodologia, as pessoas presentes na reunião foram divididas em 04 grupos e associadas às regiões em que residem, sendo possível a formação de 04 polos: polo Cajari, polo Nossa Senhora de Fátima, polo Rio Preto e polo Medonho. E cada polo, os moradores primeiramente tinham que identificar a localização de suas moradias, os pequenos igarapés por onde transitam, localização das vilas, localização das capoeiras e roçados de cada família, áreas de atividades sazonais (caça, pesca, extração de madeira, etc.), área de extrativismo, áreas de caça. O objetivo principal da atividade foi o mapeamento para planejamento e ordenamento futuro no redimensionamento do Parque, de modo a considerar todas as informações obtidas aqui, além dos documentos de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de cada morador. Após a atividade, alguns componentes dos grupos quiseram se pronunciar sobre os principais resultados da atividade. Pelo polo Medonho, o conselheiro Roldão Lobato Filho falou pelos moradores Moisés, Natalino e Marcos, e relatou que a existência de uma área de campo um pouco mais distante do Medonho que funciona como área de caça (utilizada por uma ou duas

## **Governo do Estado do Pará**

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

---

famílias) e nas suas proximidades apresenta um lago. No referido rio existe poucos açazais plantados pelas famílias. As roças dos moradores do Medonho localizam-se do outro lado do rio Santana, no igarapé São Raimundo e proximidades do rio Charapucu, portanto, fora do Parque. Do rio Medonho, apenas o último morador, Sr. Manezinho mora dentro dos limites do Parque. Ainda no rio Medonho foi citada a presença de valas que consistem de canais artificiais que são utilizados para acessar áreas mais internas de Parque para extração de madeira. As valas acessadas pelo rio Medonho são menos acessadas que as do rio Timbó e, portanto, com extração maior de madeira. Por fim, foram citados todos os moradores do rio e igarapés desta região. No polo Cajari, o conselheiro Alcinei Santos relatou que próximo a cabeceira do rio Mocambo existe uma área de teso, de terra firme e que é utilizada como área de caça e próxima a esta área há um lago (pesca). Também foi relatado que ao longo da costa desde a boca do rio Cajari até a boca do rio Charapucu é praticada a pesca o ano inteiro com matapi e espinhel, além da retirada de madeira. Nas cabeceiras do rio Ipixuna e que compreendem áreas mais internas do Parque são utilizadas como áreas de caça, onde podem ser observados veados, preguiças, onças, jacarés, macacos (incluindo o caiarara). Essa região também pode ser acessada por moradores de uma localidade chamada Santo Antoniozinho (localizada próximo a costa) através de canoas após várias horas de percurso. A referida área é de terra firme. Pelo polo rio Preto uma das principais informações relatadas pelo Sr. Rosivaldo foi a sua utilização das valas para acessar as áreas mais internas do Parque no inverno para extração de madeira (virola, tamaquaré, sucupira, etc.), extração de palmito e caça (preguiça, veado, quati, onças, guaribas, macacos caiararas) sendo estas áreas alcançadas após 6-9 horas de canoa com acesso via igarapé Mercado no rio Preto. O gerente Fábio explicou que essas áreas de trabalho estarão dentro dos limites do Parque após o redimensionamento e que não poderão ser acessadas pelos moradores. Diante disso é necessário que haja conversa com esses moradores e verificar as melhores formas de definição dos limites dessas atividades. Como encaminhamentos houve a solicitação por parte do conselheiro Alfredo, que se realizassem mais ações de educação ambiental. A Sra. Shislene enfatizou a importância de participação dos conselheiros na propagação das informações discutidas na reunião, na mobilização das comunidades nas ações programadas no interior do Parque. Também destacou a realização das consultas prévias, livres e informadas de acordo com a proposta de cronograma apresentado e que o processo precisa ser bem participativo. O Sr. Felipe Santos informou que o STTR estará com agenda de reuniões nas comunidades do Parque a partir do dia 04/10 e que reunirá com os conselheiros para definir as comunidades a serem visitadas para apresentação das propostas apresentadas nesta reunião de conselho gestor em relação ao redimensionamento e recategorização do Parque, assim como a criação de UC de uso sustentável em seu entorno. Os conselheiros do rio Preto (Rosivaldo Moraes) e Itaboca (Pedro Cardoso) se comprometeram a repassar as informações discutidas na reunião, apesar das dificuldades de acesso à algumas regiões. Os representantes da GRM mais uma vez enfatizaram a importância da participação dos conselheiros e as próximas ações do cronograma, lembrando-se das consultas prévias, livres e informadas, suas reuniões preparatórias, consulta pública e os passos seguintes a serem realizados para a resolução dos conflitos. Se mais questionamentos, o gerente Fábio agradece a presença de todos, que as comunicações também podem ser feitas através do grupo criado no aplicativo WhatsApp do qual fazem parte a maioria dos conselheiros e às 15 horas do dia dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um foi encerrada a reunião.



IDEFLOR-Bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio



Ideflor-bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade



CONSELHO GESTOR DO PARQUE ESTADUAL CHARAPUCU

1º Reunião Extraordinária

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS					
Nº	INSTITUIÇÃO	MEMBROS	ASSINATURA 16/09/2021	ASSINATURA 17/09/2021	CONTATO
01	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade – IDEFLOR-Bio	Titular: Fábio Campos Pamplona Ribeiro			(91) 98435-2278
		Suplente: Shislene Rodrigues de Souza			
02	Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAMB	Titular: Maiane Oliveira Barbosa			(91) 99136-6031
		Suplente: Michael Angrestow Handall Ferreira Trindade			(31) 93315-2421
03	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEMAPE	Titular: Roldão de Almeida Lobato Filho			(71) 99268-1428
		Suplente: Romulo Jordão Lobato da Silva			(91) 991991693
04	Câmara dos Vereadores	Titular: Paulo Ronald França Pereira			(91) 99317 3934
		Suplente: José Carlos Nunes dos Santos			

Av. João Paulo II, s/nº, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66610-770

www.ideflorbio.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

05	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER	Titular: Alfredo Rabelo Rosas Netto	<i>Alfredo R. Rosas Netto</i>	<i>Alfredo R. Rosas Netto</i>	93-985075285
		Suplente: Fabricia Pereira Barros			
06	Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Cultura - SEMTELC	Titular: Adeilson Nunes Lobato	<i>Adeilson Nunes Lobato</i>	<i>Adeilson Nunes Lobato</i>	(51) 99140-4995
		Suplente: Gibbson dos Santos Campos	<i>Gibbson dos S. Campos</i>	<i>Gibbson dos S. Campos</i>	(91) 991893950

INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E COMUNIDADES

Nº	INSTITUIÇÃO	MEMBRO	ASSINATURA 16/09/2021	ASSINATURA 17/09/2021	CONTATO
01	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Afuá - STTR	Titular: José Maria Pereira dos Santos	<i>José Maria Pereira dos Santos</i>	<i>José Maria Pereira dos Santos</i>	(96) 99205-8663
		Suplente: Mariubia da Silva Santos			
02	Comunidade do Gama	Titular: Bela Antônia Nunes da Silva			
		Suplente: José Nilson Pereira Pires			
03	Comunidades dos rios Cobra / Cueira / Taperebá / Cajari	Titular: Ândrea de Almeida Fonseca	<i>Ândrea de Almeida Fonseca</i>	<i>Ândrea de Almeida Fonseca</i>	(96) 991671461
04	Comunidades dos rios Preto / Jurará	Titular: Rosivaldo de Almeida Moraes	<i>Rosivaldo de Almeida Moraes</i>	<i>Rosivaldo de Almeida Moraes</i>	
		Suplente: Ruano Misquita Nunes	<i>Ruano Misquita Nunes</i>	<i>Ruano Misquita Nunes</i>	
05	Comunidades dos rios Timbó / Santana / Medonho	Titular: Meriana Santos da Costa			
		Suplente: Marcos José Pinheiro Pantoja	<i>Marcos José Pinheiro Pantoja</i>	<i>Marcos José P. Pantoja</i>	

Av. João Paulo II, s/nº, Curio-Utinga – Belém-PA - CEP: 66610-770

www.ideflorbio.pa.gov.br



Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio

06	Comunidades da Baía do Vieira / Tabocal / Igarap São Pedro	<b>Titular:</b> Alcinei Lima dos Santos	<i>Alcinei Lima dos Santos</i>	<i>Alcinei Lima Santos</i>	<i>(96) 991257226</i>
		<b>Suplente:</b> Raimunda do Socorro Santos de Souza			
07	Comunidades Nsa. Sra. de Fátima / Sta. Luzia / São João / Sto. Antônio	<b>Titular:</b> Francisco Carlos Pereira	<i>Francisco Carlos Pereira</i>	<i>Francisco Carlos P.</i>	<i>096/991498255</i>
		<b>Suplente:</b> Valdiana Palheta da Silva	<i>Valdiana Palheta da Silva</i>	<i>Valdiana P da Silva</i>	<i>096/991786586</i>
08	Comunidades do Aningal / Cu / Barreiro / Atiantim / Sta. Rita de Cássia	<b>Titular:</b> José Ribamar Souza da Costa	<i>José Ribamar de Souza C.</i>		
		<b>Suplente:</b> Udinelma da Costa Ferreira	<i>Udinelma da Costa Ferreira</i>		
09	Comunidades do rio Itaboca / Ipixuna / São Jos	<b>Titular:</b> Pedro Cardoso dos Santos	<i>Pedro Cardoso dos Santos</i>	<i>Pedro Cardoso dos Santos</i>	
		<b>Suplente:</b> Cordolino Pinheiro Pereira			



